

## SEMÂNTICA DIACRÔNICA E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

### DIACHRONIC SEMANTICS AND BRAZILIAN PORTUGUESE

RENATO MIGUEL BASSO  
Universidade Federal de São Carlos  
rmbasso@gmail.com

RODOLFO ILARI  
Universidade Estadual de Campinas  
rilari@gmail.com

O objeto deste texto é apresentar algumas das questões e ferramentas que estão na pauta dos trabalhos em semântica diacrônica, com foco nos dados e nos estudos do português brasileiro. Na primeira seção, definimos o que devemos entender por semântica diacrônica e suas tarefas, para então, na seção dois, apresentarmos uma discussão sobre o uso de *corpora* históricos que têm eco na divisão entre história externa e interna da linguística histórica mais tradicional. A seção três é dedicada aos mecanismos de mudança de semântica que respondem por mudanças estruturais e traz também uma discussão sobre mudança semântica no nível lexical. Finalmente, a seção quatro trata de algumas linhas de pesquisa de semântica diacrônica em andamento sobre o português brasileiro.

**Palavras-chave:** semântica diacrônica, mudança semântica, gramaticalização, semântica formal

The aim of this paper is to present in overview some of the issues and tools found in the ongoing research on diachronic semantics on Brazilian Portuguese. In a first section, we give a definition of diachronic semantics and its tasks; in a second section, echoing the traditional distinction between internal and external linguistics, we turn to the usefulness and limits of searching historical *corpora* as a source of historical information. Our third section contains both a discussion of meaning changes involving grammatical structure, and a reflection on changes occurring at lexical level. Our last section mentions some of the most active trends and some of the most relevant topics in this research area.

**Keywords:** diachronic semantics, semantic change, grammaticalization, formal semantics

Recibido: 11 agosto 2020

Aceptado: 13 octubre 2020

## 0. INTRODUÇÃO

**A** mudança está na pauta dos estudos linguísticos há séculos, e praticamente todos os níveis de análise linguística tradicionais já foram estudados numa perspectiva evolutiva, sendo a fonética, a fonologia e a morfologia as áreas em que esse estudo mais avançou no

passado, ao passo que o estudo da mudança sintática só vêm ganhando corpo há algumas décadas (cf. Bowerman *et al.* 2014; Ilari e Basso, no prelo). A mudança semântica, apesar de ser percebida desde sempre, principalmente no léxico das línguas, só mais recentemente vem ganhando tratamentos compatíveis com as descrições do significado usadas em semântica sincrônica; de fato, nas últimas décadas, diversos avanços teóricos e descritivos possibilitaram um melhor entendimento de como a mudança semântica ocorre, definindo seus mecanismos e levando a teorias dotadas de poder preditivo. É a esse conjunto de desenvolvimentos que chamaremos aqui de “semântica diacrônica”.

O propósito deste texto é apresentar essa área considerando o português brasileiro (PB). Para tanto, discorreremos sobre o conceito de mudança semântica e suas possibilidades na seção 1. Dado que só é possível detectar as mudanças semânticas confrontando estágios sucessivos de uma mesma língua por meio de *corpora* históricos, nossa segunda seção terá como foco o trabalho com *corpora*. A terceira seção, apresenta alguns dos principais mecanismos e conceitos descritivos usados na investigação da mudança semântica. A quarta seção versa sobre mudança semântica no PB, e enumera alguns fenômenos de mudança que estão chamando a atenção no momento. A Conclusão retoma o caminho percorrido e aponta questões a serem exploradas.

## 1. O QUE É MUDANÇA SEMÂNTICA?

Ao longo do tempo, em qualquer língua aparecem novos itens lexicais, outros se perdem e outros ainda mudam de significado. Itens como *e-mail*, *smartphone* e *googlar* são recentes no inventário do português brasileiro, *carro* não remete mais a um veículo puxado por bois (como no ditado “não se deve colocar o *carro* na frente dos bois”) mas sim a automóveis, e qualquer leitor mais velho pode evocar vários itens *vetustos* que caíram em desuso. Contudo, não é só no léxico que podemos detectar mudanças semânticas. Ao acompanhar a história de uma língua é possível notar que, mesmo na morfologia e construções sintáticas, certas categorias semânticas passam a ser ou deixam de ser explicitamente (ou seja, formalmente) veiculadas. Um caso bastante investigado é o surgimento da marcação de definitude por meio de artigos nas línguas românicas (cf. Kabatek 2007) –uma classe de palavras desconhecida em latim. Já houve quem pensasse que existe um conjunto universal e invariável de possibilidades cognitivas que as línguas naturais ora expressam formalmente, ora não– a definitude seria um exemplo, assim como a informação temporal encontrada, em geral, nos verbos ou a evidencialidade.

No curso de sua existência, uma língua pode ou não marcar formalmente algumas dessas categorias, e a transitoriedade dessa marcação define mudanças semânticas que não dizem respeito à camada lexical, mas sim à gramatical. Aceitando essa hipótese, é possível concluir que o “espaço lógico” da mudança semântica se encerra em quais possibilidades cognitivas *são* expressas, quais *passam* a ser expressas, quais *deixam* de ser expressas e também *como* são expressas numa dada língua. Em outras palavras, uma mudança semântica ocorre (i) quando uma certa distinção semântica *ganha* ou *perde* uma expressão formal obrigatória (lexical e/ou estrutural); e (ii) quando uma certa distinção semântica obrigatória *muda o modo* (i.e., os recursos linguísticos) por meio do qual é expressa.

Esse espaço de possibilidade pode ser percorrido de pelo menos três maneiras, que, seguindo as reflexões de Deo (2014; 2015a, b), são as seguintes:

- a) recrutamento: o inventário de significados funcionais formalmente marcados / expressos é ampliado, ou seja, uma dada distinção gramatical passa a ser obrigatória;
- b) perda: uma determinada distinção não é mais formalmente marcada, reduzindo o inventário das distinções gramaticais abertamente marcadas;
- c) redistribuição:
  - (i) generalização: um dado material funcional adquire novos usos relativos a um domínio semântico;
  - (ii) obrigatoriedade (“categorialização”): um certo material funcional passa a ser obrigatório (ao invés de opcional) em certos ambientes sintáticos.

É um fato constatado há um bom tempo, por vários pesquisadores, que as mudanças semânticas (por recrutamento, perda ou redistribuição) ocorrem em línguas tipologicamente diferentes, submetendo o material formal dessas línguas a trajetórias parecidas. Os estudos sobre gramaticalização caracterizaram com precisão várias dessas trajetórias encontradas em línguas diferentes, dentre as quais citamos, a título de exemplo, as seguintes:

- demonstrativos tornam-se artigos definidos, mas não o contrário (recrutamento);
- expressões que denotam movimento são tomadas como marcadores de futuro (recrutamento);
- o numeral para “um” se converte no artigo indefinido (recrutamento);
- expressões locativas se tornam marcadores obrigatórios de eventos em desenvolvimento, e depois se generalizam como marcadores de aspecto imperfeito (obrigatoriedade);
- marcadores de perfeito se tornam marcadores de resultativo e posteriormente se generalizam como marcadores de perfectivo ou de passado (recrutamento e generalização).

Outros exemplos de mudança semântica abrangidos por essa classificação são os seguintes:

- o desaparecimento na maior parte das línguas românicas do gênero neutro (perda);
- desaparecimento nas línguas românicas da conjugação latina com verbo depoente expressando a voz média (a voz em que a ação não passa do sujeito para o objeto) (perda)<sup>1</sup>.

Nas últimas décadas, os fenômenos de gramaticalização ganharam um papel de protótipo como exemplos de mudança semântica envolvendo construções gramaticais, e assim uma questão interessante que se coloca é investigar de que modo as trajetórias de gramaticalização

---

<sup>1</sup> Exploraremos alguns desses casos no texto que segue, como foco no português. Mas podemos, sucintamente, mencionar que, no português, o artigo surgiu de demonstrativos latinos, o verbo ‘ir’ é comumente usado como auxiliar para expressar o futuro, o artigo indefinido veio de um numeral latino, o gerúndio com o verbo *estar* é resultado de uma expressão locativa em sua origem, o português não tem um gênero neutro (apenas nos itens isso, aquilo e algo), e, finalmente, o português não tem uma conjugação como o depoente latino para expressar voz média.

podem ser analisadas nos termos da semântica formal. Um grande passo nesse sentido é responder às questões abaixo, formuladas por Deo (2014: 395):

- a) qual é o conteúdo semântico das expressões que servem de *input* e/ou *output* num processo de gramaticalização? Que tipo de informação semântica encontramos no começo e no fim de um processo de gramaticalização envolvido numa mudança semântica?;
- b) quais são as relações de significado (acarretamento, pressuposição etc.) entre as expressões envolvidas numa trajetória de gramaticalização? Quais relações de significado entre expressões linguísticas possibilitam uma trajetória de gramaticalização?;
- c) quais são as condições necessárias e suficientes para que um material lexical se transforme em material funcional?;
- d) quais fatores gramaticais e de uso estão necessariamente presentes quando há redistribuição de material funcional, ou seja, quando um material funcional que marcava a distinção gramatical *x* passa a marcar a distinção gramatical *y*?;
- e) quais as condições para a perda de uma distinção gramatical? Ela é sempre resultado de generalização?

A sistematicidade das mudanças semânticas, sua recorrência em diferentes línguas e seu movimento no espaço de possibilidades de mudança evidenciam que há um componente estrutural em jogo. Sendo assim, podemos concluir que há relações estruturais entre os itens que participam de uma trajetória de gramaticalização. Os trabalhos recentes identificam três relações estruturais relevantes para a mudança semântica: (a) reanálise via inferência pragmática; (b) generalização por meio de relações de acarretamento; (c) enfraquecimento devido ao uso inflacionário<sup>2</sup>.

Essas relações são, na verdade, os mecanismos que permitem responder às perguntas 1) -5) acima e evidenciam as relações semântico-pragmáticas responsáveis por uma mudança dada. Na terceira seção, veremos em mais detalhe como cada um desses mecanismos relaciona estrutural e semanticamente os componentes que intervêm nas etapas de um processo de gramaticalização.

Tendo apresentado nesta seção um conceito estrutural de mudança semântica, voltamo-nos na próxima seção para o material que usamos para detectar essas mudanças: *corpora* históricos. É, contudo, necessário fazer aqui um parêntese antes de continuarmos: tudo o que dissemos até este momento tem a ver com a faceta *estrutural* da mudança semântica. Há uma outra faceta dessa mudança, que podemos chamar de *dinâmica*. Essa faceta dinâmica responde pelas interações linguísticas que estão por trás da emergência e fixação de significados convencionalizados. Afinal, os significados não mudam autonomamente, mas sim pelo uso que os falantes fazem deles. Assim, se o lado estrutural responde por questões ligadas às relações entre as peças da estrutura linguística, mediadas por nexos semânticos e pragmáticos, o lado dinâmico responde pelas interações entre falantes que permitem que um (novo) significado se convencionalize. Assim, é somente (i) devido à existência de certas relações estruturais (que

<sup>2</sup> Muitas vezes, mais de um desses mecanismos é acionado num mesmo processo de gramaticalização. Assim, no desenvolvimento dos futuros sintéticos das línguas românicas, é possível identificar reanálise e enfraquecimento por uso inflacionário, por exemplo. Contudo, de um ponto de vista analítico e por serem diferentes suas condições de aplicação, é interessante individualizar esses mecanismos, explicitando suas propriedades e funcionamentos.

veremos na seção 3) e (ii) devido ao uso que os falantes fazem dos elementos linguísticos durante sua interação que uma mudança semântica pode ocorrer. Essa segunda faceta, que já foi abordada no passado de maneira intuitiva e informal, vem recebendo mais recentemente tratamentos formalizados, baseados em ideias da psicologia cognitiva e do comportamento, na teoria da optimalidade e na teoria dos jogos. Trata-se de investigações complexas e instigantes, mas nosso objetivo aqui é apresentar a faceta estrutural<sup>3</sup>.

## 2. COMO DETECTAR A MUDANÇA SEMÂNTICA: LER OS *CORPORA*

O reconhecimento de que toda mudança semântica apresenta uma faceta estrutural e uma faceta dinâmica ajuda a distinguir os dois grandes caminhos alternativos pelos quais enveredam os semanticistas brasileiros que trabalham numa perspectiva diacrônica. Entra-se pelo primeiro desses caminhos quando se estudam as condições estruturais em que se dá a mudança; e entra-se pelo segundo quando se estudam os processos pelos quais a sociedade assimila e estabiliza a mudança. Esse segundo aspecto das mudanças semânticas é o que recebe mais atenção quando o pesquisador estuda a frequência com que um novo sentido é atestado em períodos sucessivos, mais ou menos próximos, e a disponibilidade de grandes *corpora* deu a esse tipo de investigação um impulso enorme nas últimas décadas (cf. Kiparsky *et al.* 2006; Deo 2015b). Algumas vezes, esta última opção resultou em conclusões rasas, que consistiam em verificar que a mudança se instala e predomina num determinado momento e num determinado ritmo; mas uma observação mais atenta ao tipo de contexto discursivo em que a mudança prospera levou à descoberta de que determinadas condições discursivas são propícias a certos tipos de mudança, e levou inclusive a hipóteses mais fortes, como a de que as inovações surgem em contextos discursivos que as favorecem (ou seja, a mudança se dá dentro de certas condições discursivas cujo papel não pode mais ser minimizado)<sup>4</sup>.

Dois exemplos deveriam bastar para ilustrar esse papel do contexto discursivo, o que por sua vez confirma a importância que teve e ainda pode ter o enorme esforço de recuperação de documentos feito nas últimas décadas, bem como uma leitura atenta ao que chamaremos de “ruídos semânticos” que podem ser detectados ao se trabalhar com *corpora* históricos.

### *Primeiro exemplo*

Nosso primeiro exemplo está na recente chamada publicitária “Chegou a Moderninha”. Num período próximo à elaboração deste capítulo, a maioria das redes brasileiras de televisão anunciaram a seus espectadores o lançamento de uma “máquina de cartões” chamada “a Moderninha”, que teria a recomendá-la um formato compacto e uma extrema versatilidade de uso, além de preços convidativos. Uma sequência rápida de imagens sugeria versatilidade

<sup>3</sup> Um exemplo recente desse tipo de investigação, que lida diretamente com o mecanismo que veremos na seção 3.3, pode ser visto em Ahern e Clark (2017).

<sup>4</sup> A esta altura, portanto, seria injusto dizer que o enorme esforço feito durante as últimas três décadas no sentido da recuperação de escritos que estavam se perdendo em arquivos espalhados pelos quatro cantos do Brasil foi inútil. É, porém, lamentável que esses materiais, muitos dos quais foram digitalizados, não tenham sido reunidos num único grande arquivo nacional, acessível via computador desde qualquer instituição de pesquisa. Este era um dos objetivos do projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB); ele foi realizado em alguma medida, mas não cabalmente, como se pode ver consultando o volume 2 da coleção (Castilho 2019). Reunir todo esse material num único grande acervo é uma tarefa de gerações, que poderia começar com a nossa.

associando essa maquininha à figura de uma atriz jovem e baixinha, que vivia em poucos segundos vários papéis (balconista, investidora, empresária etc.) sempre com sucesso. Na Internet, o mesmo lançamento foi feito mediante um texto escrito que começava (aproximadamente) com os seguintes dizeres:

Chegou a nova Moderninha: com design moderno e formato compacto e que cabe no bolso, a nossa nova máquina de cartão é considerada a mais avançada do mundo.

Note-se a primeira palavra desse texto, *chegou*. Para o leitor brasileiro, essa palavra anuncia sem possibilidade de equívoco um lançamento, porque esse uso é corrente; mas se procurarmos esse sentido do verbo nos dicionários, encontraremos somente aproximações ruins, como “começar a acontecer” ou “aparecer concretamente”, em que as ideias de comércio e lançamento de um produto não entram. Por que o verbo *chegar* e não outro entrou no vocabulário dos lançamentos comerciais?

Para responder essa questão precisamos voltar aos anúncios que as lojas mandavam publicar nos jornais no período do Império: nessa época, os anúncios não podiam valer-se de imagens (ou seja, eram exclusivamente verbais) e reproduziam *a fala* que o dono da loja faria de viva voz com a freguesa ou com o freguês. Ora, numa época em que escasseavam as indústrias, a renovação do guarda-roupas dos elegantes de capitais de província como Natal, João Pessoa ou São Luís do Maranhão dependia crucialmente da chegada de navios que traziam novidades de outras províncias, ou mesmo da França e outros países da Europa. As novidades chegavam, literalmente, por navio, e os anúncios típicos poderiam ser como este:

ANNUNCIOS | PARA O ANNO NOVO DE | 1890 | FOLHINHAS DE LAEMMERT | E |  
ALMANAK DE LEMBRANÇAS | Vende-se nesta typhographia | Acaba tambem de  
chegar para a mesma | typographia: | Cartões de visita, papel de diferentes | qualidades e  
marcas. etc. etc. ||

Não entenderíamos por que o verbo *chegar* assumiu o sentido em que anuncia o lançamento de um novo produto se, além da situação histórica, não conhecêssemos o tipo de texto – os anúncios escritos em tom de fala em que os comerciantes mandavam recados aos potenciais compradores. Nesses anúncios, o aviso “chegou” valia aproximadamente por “está disponível para compra”, o mesmo sentido que reencontramos no texto da “Maquininha” em 2020.

## Segundo exemplo

Nosso segundo exemplo também retorna aos anúncios do século XIX, e mostra de maneira ainda mais evidente até que ponto o tipo de texto favorece a criação de novos sentidos. Como dissemos, os jornais do século XIX só traziam textos escritos, e assim a variedade de itens disponíveis para venda não poderia produzir imagens, teria que ser descrita ou discriminada; quando o anúncio usava esta última possibilidade, tornava-se necessário enumerar, mas enumerações poderiam tornar-se longas e enfadonhas se as mesmas palavras fossem repetidas; evitando repetições como *brins ingleses* e *brins franceses*, os anunciantes começaram a escrever *brins ingleses*; *ditos franceses*; tinham criado desse modo um anafórico *sui-generis* que aparece eventualmente redobrado, na forma *ditos ditos*, quando se trata de retomar uma subdivisão

dentro de outra subdivisão. Por exemplo, neste anúncio de 1847, publicado em Fortaleza<sup>5</sup>, o anafórico *dito* aparece mais de 30 vezes, três das quais na forma *dito(a) + dito(a)*.

**Anncio.** (*sic*) || DEPRESSA, DEPRESSA FREGUEZES, *á loja do verdadeiro barateiro* M. P. P. Vasconcellos, aonde se acha um completo sortimento de fasendas de todas as qualidades, como sejaõ ricas chitas as mais modernas que tem vindo a este mercado, para vestidos de senhoras a 160, 180, 200, 240, e 280 reis; ditas para cobertas a 240, e 280; riscadinhos muito finos e cores fixas, tanto para jaquetas como para vestidos, e camisas, a 200, e 240; ditos francezes a 300 reis; cortes de cambraia muito fina com listas de cores o mais bonito que se tem visto neste genero, a 7\$500 ; dita intitulada – praser e alegria – a 5\$500, *que’* realmente concorda com o nome, pois é a fasenda mais linda que tem apparecido; ditas de chita cassa a 5\$500, padrões inteiramente modernos muito bonitos, e de cores fixas; ditos de chaly a 10\$ ; ditos de la e seda a 10\$; ditos de barege e 5\$500; ditos de laã a 5\$; ditos de cambraia sergida a mais fina possível a 4\$500; ditos dita lisa a 4\$; brins de listas e quadros, de puro linho a 1\$ e 1\$200; ditos brancos a 800, 900, 1\$ e 1\$200; ditos pardos a 700, 800, e 900; ditos brancos lisos a 320, e 400; cortes de cazemira de quadros a 5\$ 6\$ e 7\$; ditos de algudaõ a 2\$; cambraia de linho muito fina a 5\$ a vara; esguiaõ a 2\$200; bretanha a 800, 1\$200 e 1\$600; palatilha a 800 e 4\$, tudo de puro linho; sarja espanhola muito superior a 3:400; mantas da melhor seda de gras de Nápoles, padrões chinezes do mais moderno gosto a 8\$; chalés setim a 14\$; ricos cortes de setim com tintas de cores, mais bonito e moderno que há a 3\$, ditos de gorgoraõde seda a 4\$, padraõ nunca a esta praça vindos; ditos de algudaõ e seda a 480, e 640; ditos de laã a 1:600; lenços de seda, padraõ inteiramente novos a 2\$ e 2\$560; ditos de setim muito superior de cores muito bonitas para gravatas 4\$ e 5\$ ; veludo muito bom a 3\$; riscado americano muito encorpado a 240, e 280; dito azul a 240, e 280; madapolão muito fino e largo a 180, 200, 220, e 240; morim de 4 palmos e meio de largura, e muito superior a 360 e 400; chapeos francezes do ultimo gosto a 8\$500; ditos de castor a 10\$, e 12\$ ; setim de cores a 800, e 1\$; dito lavrado a 2\$560; luvas a polka a 1\$ 1\$200 , 1\$600 2\$500 e 3\$; sapatos couro de lustro a 1\$800, e 2\$, ditos da marroquim a 1\$280; ditos de pano a 1\$; ditos de setim a 2\$560; brozeguins para homens a 6\$400; meias de sede a 1\$, e ditas de pezo a 3\$, e 4\$; ditas ditas pretas a 3\$200; ditas ditas para homem 4\$; ditas de laia a 2\$600; pano fino preto a 6\$ e muito superior; a 10\$; dito azul a 5\$; merinó a 4\$ e muito superior a 5\$; alpaca muito fina a 2\$; princeza a 800; setim de Macau a 4\$; lenços brancos de cambraia bordados com bico a 1\$; ditos de cores a 1\$; suspensorios a 240, e ditos de borraxa a 320; selins inglezes com todos os pertences por 30\$; chapeos de sol de seda a 7\$; bandejas de 30 polegadas a 2\$500; ditos de 26 palmos a 2\$300; fitas de setim largas a 1\$ a vara: e outras muitas fasendas. miudesas perfumarias etc, etc, por muito deminuto preço; que muito agradaará aos seus freguezes. Na mesma loja tem para vender seringas de bomba a 5\$, 8\$ e 10\$, etc.

Esse anafórico das lojas de fazenda *dito* ( $\pm$  *dito*) teve provavelmente origem na linguagem jurídica, onde ainda é usado, mas não sobreviveu nos anúncios com os quais convivemos hoje. Tudo indica que ele se tornou supérfluo quando os anúncios mudaram de formato, porque ao

<sup>5</sup> Esse anúncio é um dos tantos resgatados no âmbito do Projeto Nacional PHPB pela Equipe Regional Ceará. As referências exatas são: Século XIX- Jornal Impresso/ Anúncio, Edição: Teixeira-Pinto, Maria Edineuda. 1. Língua Escrita; 2. Anúncio do jornal O CEARENSE; 3. Venda de produtos; 4. 6 3 de junho de 1847; 5. Brasil – Ceará – Fortaleza; 6.: Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel – Setor de Microfilmagem; 7. ; 8. 609 palavras; 9. ; 10. BIASI-RODRIGUES, Bernardete; MEDEIROS, Rebecca Ramos; RODRIGUES, Maria Coeli Saraiva; TEIXEIRA-PINTO, Maria Edineuda. *Anúncios – Fortaleza, Ceará*. Fortaleza: Projeto PHPB/CE, 2010. Anúncio 39. Esse anúncio vem comentado e anotado em Ilari (2020). Não o transcrevemos na íntegra porque ocuparia duas páginas com informações repetidas.

invés de insistirem na variedade dos produtos disponíveis, passaram a focar um ou outro campeão de vendas, alardeando seu preço e tornando-o visível pela imagem. Se a história que estamos propondo é correta (pensamos que é), temos aqui mais uma evidência de como uma necessidade favoreceu durante um certo período um tipo de texto que precisou resolver problemas linguísticos muito peculiares. No caso, era preciso enumerar; a enumeração corria o risco de ser enfadonha, e foi evitada criando um anafórico que teve circulação por algum tempo, mas que já não se usa, a tal ponto que precisa ser explicado (ou seja, ele cria um “ruído de leitura”).

A lição que podemos tirar desse exemplo é que, além de levar-nos a um sentido que desapareceu, um “ruído de leitura” também nos leva a um tipo de texto que precisa ser situado em seu contexto histórico, e ser explicado nele. Há, na verdade, mais lições a tirar da análise dos ruídos, e uma delas é que as mudanças de sentido das palavras têm repercussão sobre o campo semântico e sobre a rede de cognatos de que a palavra faz parte, e tudo isso precisa ser levado em conta ao trabalharmos com *corpora* históricos. Procuramos explicar esta última afirmação recorrendo a um mais um exemplo: *digital*.

### **Terceiro exemplo**

De acordo com as informações dadas pelo dicionário Houaiss, a palavra *digital* já existia na língua portuguesa na primeira metade do século XIX, tendo sido registrada em 1836 na página 416 da primeira edição do dicionário de Francisco Solano Constâncio. A essa palavra correspondem dois verbetes, a saber:

1. DIGITAL, adj. A (Lat. *digitalis*), dos dedos / relativo aos dedos e
2. DIGITAL, s.f. (subst. do precedente) – : *purpúrea*, dedaleira, planta medicinal.

Quatro verbetes próximos:

3. DIGITAÇÃO, s.f. (do Lat. *digitus*, dedo), des. *ção*. T. de anat., endentação das fibras de dois músculos semelhantes (sic) ao cruzamento de dois dedos,
4. DIGITADO, A. (Lat. *digitatus*) t. de bot., recortado, disposto em forma de dedos da mão aberta. *Folhas digitadas*.
5. DIGITIFORME (Lat. *digitiformis*), que tem a forma de dedo.
6. DIGITOS, s.m.pl. (Lat. *digitus*, dedo), t. de astr., as doze partes iguais em que se supõe dividido o diâmetro do sol e da lua, nos cálculos de eclipses

confirmam que no começo do século XIX a raiz latina  $\sqrt{\text{digit-}}$  era produtiva, mas com ela se evocava invariavelmente a ideia de dedo (como em *impressão digital*). Os dedos são personagens necessárias das ações que chamamos atualmente de *digitar* e *digitação*, mas estas ações têm hoje no computador um instrumento indispensável, que se opõe à máquina de escrever, hoje obsoleta como as atividades de *datilografar* e *datilografia*. De todas as palavras citadas até aqui, a que teve a história mais cheia de peripécias foi, evidentemente, o adjetivo *digital*. Esse adjetivo assumiu um sentido em que se opõe a *analógico* e deu origem ao verbo *digitalizar*, que indica a ação de dar a qualquer conteúdo um formato em que pode ser lido e transmitido por meios eletrônicos. Quanto a *dígito*, ele já não é lembrado como um termo da



astronomia, mas como o nome que se dá a um espaço ou ao símbolo que o ocupa numa composição gráfica.

As vicissitudes pelas quais passaram as palavras *digital*, *dígito* e seus derivados incluem, evidentemente, o aparecimento de novos sentidos. Mas seria errado dizer que isso é tudo. No mínimo, a história que acabamos de evocar mostra (1) que os novos sentidos adquiridos por algumas palavras se estabeleceram em contraposição aos de outras palavras que, de início, como o senhor José Pinto Ferraz da *Quadrilha* de Carlos Drummond de Andrade, não tinham entrado na história (caso de *analógico*, em oposição a *digital*), (2) que a busca de uma propriedade recentemente descoberta pode levar a novas atividades (por exemplo a de *digitalizar*), e (3) que em certas ações é implícito o uso de um determinado instrumento (para *digitalizar* é necessário ter à mão o teclado de um computador, e não o teclado até certo ponto semelhante das velhas máquinas de escrever).

Tudo isso dá à mudança semântica uma complexidade que às vezes passa despercebida. Um leitor desavisado poderia, por exemplo, dar-se por satisfeito com a informação de que a palavra *digital* já existia na língua portuguesa em 1836 (ou que essa é a data da mais antiga ocorrência documentada para a língua portuguesa); essa informação é importante, mas torna-se enganosa se não considerarmos os sentidos que a palavra tinha na época, e teve depois. No caso particular de *digital*, é espontâneo hipotetizar que os novos sentidos se fixaram depois do advento dos computadores pessoais, sendo, portanto, coisa do final da década de 1990. Mas quais foram as alternativas que a língua considerou? Que compreensão do fenômeno novo levou ao sucesso de algumas alternativas possíveis e ao fracasso de outras? Uma analogia clássica é o drama que viveram as línguas europeias a propósito da terminologia das estradas de ferro, quando apareceram as primeiras ferrovias. Para ficar apenas nos países de fala românica, encontramos aí *trem* (*trains, treni, trenes...*) em oposição a *comboio*, e *estrada de ferro* em oposição a *caminho de ferro* (*chemin de fer, ferrovia, strada ferrata*).

A busca por “ruídos semânticos” em *corpora* históricos pode revelar relações complexas entre sentidos velhos e novos, que repercutem em atividades e movimentos sociais. Reconhecer a existência de conexões historicamente comprovadas entre novos sentidos e tipos específicos de textos (ou de tradições discursivas específicas, para usar uma noção não exatamente equivalente, que vem ganhando uma importância cada vez maior entre os linguistas brasileiros), e verificar as repercussões que qualquer inovação semântica tem sobre a estrutura do léxico são apenas duas entre muitas descobertas a que leva uma análise atenta dos *corpora*. Outras recomendações para quem lida com esse tipo de material seriam desconfiar de ações simples, procurar saber o que aconteceu com palavras cognatas e lembrar que uma palavra que desconhecemos por ser antiga não é necessariamente uma palavra que se arcaizou (pode ser simplesmente uma palavra que remete a uma realidade antiga).

### 3. MECANISMOS DE MUDANÇA SEMÂNTICA

Como mencionamos, há três mecanismos principais de mudança semântica<sup>6</sup>: (a) reanálise via inferência pragmática; (b) generalização por meio de relações de acarretamento; (c)

<sup>6</sup> Na tradição dos estudos de gramaticalização, termos e conceitos como *bleaching*, reanálise, generalização, analogia, repetição (e consequentemente enfraquecimento de uma dada palavra ou construção) são bastante usados (cf. Traugott 2011). Porém, aqui, apresentaremos mecanismos ligados a teorias formais sobre o significado das línguas

enfraquecimento devido ao uso inflacionário. Ao relacionar estruturalmente o início e o resultado de uma dada trajetória de mudança por meio de noções que intervêm na análise formal do significado, um ponto importante sobre esses mecanismos é que eles explicam não apenas como uma dada mudança ocorreu, mas também sua possibilidade de ocorrência. Passemos a cada um deles.

### 3.1. Reanálise

A mudança semântica por reanálise, sob a perspectiva da semântica e da pragmática formais, é o tema de Eckardt (2006), a primeira monografia dedicada a essa questão. Por reanálise, Eckardt entende mudança na interpretação semântica de uma expressão (ou de uma classe de expressões) que não envolve modificação em sua forma superficial, mas envolve modificação da estrutura sintática associada. Um exemplo desse caso é quando um dado verbo sofre mudanças em sua grade argumental, porque se altera o número dos participantes, mas a forma superficial se mantém<sup>7</sup>.

Mas como detectar uma mudança desse tipo, se não há mudança na forma? A resposta reside num conceito muito caro aos semanticistas: a composicionalidade. Lembremos em que consiste o princípio de composicionalidade, e de onde provém o seu poder heurístico. Uma formulação comum desse princípio é:

O significado do *todo* depende de modo previsível do significado das *partes* e do modo pelo qual elas estão combinadas.

Nessa formulação, o “todo” é qualquer expressão linguística “não-atômica”, como uma sentença, um predicado ou mesmo uma palavra formada por mais de um morfema (como *pensou*, em que temos informação lexical em *pens-* e informação gramatical em *-ou*). Portanto, as “partes” são aquilo que pode ser combinado de modo a formar um todo gramatical. Por sua vez, “o modo pelo qual elas estão combinadas” remete à sintaxe e à morfossintaxe de uma dada língua. No caso do português, as “partes” *João*, *ama* e *Maria* podem ser combinadas para formar um “todo” de duas maneiras diferentes: (a) *João ama Maria* e (b) *Maria ama João* – note-se que cada uma dessas combinações têm uma interpretação diferente, pois (a) e (b) diferem quanto ao modo como as partes são combinadas (outras combinações, como *ama Maria João*, não formam um todo em português).

O poder heurístico do princípio da composicionalidade é tal que podemos não só “calcular” o valor de um “todo” conhecendo o valor das “partes” e das regras combinatórias usadas, mas ainda calcular o valor das partes problemáticas nele contidas. Intuitivamente, usamos nesse tipo

---

naturais. É certo que possa haver alguma sobreposição entre as definições e os “territórios empíricos” recobertos, mas é importante notar também as diferenças entre as linhas de pesquisa.

<sup>7</sup> Alguns exemplos relevantes aqui, para o português brasileiro, são: (1) O verbo *causar*. Ao invés de ter 2 participantes (como em *João causou o incêndio*), esse verbo tem um só em construções como: i. *João causou na festa*; ii. *João está causando*. Nesses casos, além de perder um argumento, *causar* não significa o que mesmo *causar x*. (2) verbos auxiliares, como *ficar* e *andar*, que, combinados com um gerúndio, são interpretados como auxiliares: i. *João fica/anda correndo descalço*. Em algum momento, simplificando as coisas, esses itens sofreram *bleaching* e apenas o significado ligado a hábito (que provavelmente vem da permanência/insistência implícita em *ficar*, e de ser algo comum/corriqueiro contido em *andar*) sobrevive. O processo é, em traços gerais, similar ao “*gonna*” que aparece nos exemplos a seguir. (3) os verbos *pegar* e *ir* nas construções *pegou e V e foi e V*: i. *João pegou e lavou o carro*.; ii. *João foi e preparou o almoço*. Não temos dois eventos em i. ou em ii., mas sim uma nuance (provavelmente) aspectual veiculada por *pegar* e *ir* nesse tipo de construção (cf., Rodrigues, 2004; 2005).

de heurística um raciocínio análogo àquele que intervém na resolução de equações. Assim como, sabendo que “ $4 + x = 10$ ”, e contando com nossa experiência com números, conseguimos determinar que  $x = 6$ , conhecendo os valores semânticos das unidades básicas da língua e suas regras de combinação (sua sintaxe), numa construção linguística à primeira vista aberrante, podemos “calcular” o sentido das peças que “causam problema”, isto é o sentido das peças que tiveram seus valores alterados por efeitos da reanálise (em outras palavras, percebendo que uma dessas partes está sendo usada com um valor diferente, e sabendo o significado do todo e as regras em jogo, calculamos o valor que mudou).

Em termos um pouco mais abstratos, a ideia é que, dado um item  $\alpha$  que tenha uma forma X e uma interpretação estabelecida na língua, que indicamos pela expressão  $[[\alpha]]$ , a reanálise estrutural faz com que esse item  $\alpha$ , mantendo a forma X, passe a ter a interpretação  $[[\alpha']]$ . Para que reconheçamos que esse item  $\alpha$  teve sua interpretação alterada, é preciso que ele apareça em algum contexto em que  $[[\alpha]]$  não funcione ou gere uma interpretação desviante e em que a única saída é reinterpretar  $\alpha$  como  $[[\alpha']]$ . Dito de outro modo, a ideia é que a reanálise se dá quando um falante produz uma sentença S, que contém o item  $\alpha$ , cuja interpretação (antiga/ordinária)  $[[\alpha]]$  não está disponível, ou torna a sentença S incompreensível ou anômala quando interpretada como  $[[S]]$ . O ouvinte sabe que S é uma sentença de sua língua, porém, para que ela funcione como tal, o item  $\alpha$  não deve ser interpretado como  $[[\alpha]]$ , mas sim como  $[[\alpha']]$  (a mudança não se dá na forma, mas na interpretação de  $\alpha$ ). Como muda a interpretação de uma parte, muda também a interpretação da sentença, e assim teremos  $[[S']]$  e não  $[[S]]$  (a forma superficial não muda, por isso temos S nos dois casos). Mas como saber que devemos interpretar  $\alpha$  como  $[[\alpha']]$ ?

A resposta, dissemos, está na composicionalidade, mas também deve ser buscada numa teoria da conversação, pois o impasse sempre acontece em interações conversacionais (o papel da faceta dinâmica da mudança que mencionamos na seção 1). O reconhecimento de que a reanálise soluciona um impasse conversacional leva naturalmente a lançar mão da teoria pragmática griceana, que tem como base o Princípio da Cooperação:

Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. Pode-se denominar este princípio de PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO<sup>8</sup>.

(Grice 1982 [1975]: 86)

Considerando que os participantes de uma conversação obedecem a tal princípio, que são racionais e que cooperam uns com os outros, podemos concluir que esses participantes usam o mesmo código comunicativo da mesma forma. Mas esse fato entra conflito com a mudança semântica descrita acima: por que um falante que obedece ao princípio da cooperação usaria uma sentença S que tem uma interpretação desviante? Ao fazer isso, ele força o seu ouvinte a interpretar S não como  $[[S]]$ , mas sim como  $[[S']]$ , e isso certamente é mais trabalhoso ou mais custoso do que simplesmente interpretar a sentença S a partir do significado convencional dos itens que a compõem. Por que um falante usaria um item com uma interpretação desviante, dado

---

<sup>8</sup> É sempre bom lembrar que, quando Grice fala em cooperação, ele está interessado em uma conduta dos interlocutores que permite que a comunicação seja eficaz, e que para isso ocorrer não é necessário que os dois compartilhem os mesmos pontos de vista desde o início da conversa, ou cheguem ao acordo no final dela; uma boa briga, um bom bate-boca depois do qual os dois interlocutores mantêm seus pontos de vista iniciais são exemplos de comunicação cooperativa. Em termos simples, há cooperação quando cada um dos envolvidos entendeu o que o outro quis dizer.

que isso (i) inevitavelmente fere o princípio de cooperação griceano, e (ii) força o ouvinte a reinterpretar o que ouviu?

A ideia é que o ouvinte sempre reage à fala do falante como se este fosse de fato cooperativo, e assim, para que a sentença recebida seja aceitável, reanalisa um item  $\alpha$  presente em S, de modo que ele tenha superficialmente a mesma forma, porém uma estrutura e interpretação diferentes de  $[[\alpha]]$ , desde que essa reanálise não gere uma “sobrecarga pragmática”, ou seja, a tarefa a ser desempenhada pelo ouvinte para recuperar uma informação não pode ser trabalhosa demais, caso contrário ele pedirá uma reformulação ao seu ouvinte.

Em resumo, numa situação na qual a interpretação de uma sentença impõe uma carga pragmática não muito alta<sup>9</sup>, o ouvinte pode recorrer ao Princípio da Composicionalidade (observando o Princípio da Cooperação) e optar por aplicar a um dado item ou construção uma interpretação diferente que garantirá que o todo é interpretável; em outras palavras, o ouvinte opta por “resolver a equação” que se apresenta a ele usando a composicionalidade.

Um exemplo famoso de como esse mecanismo explica mudanças semânticas, explorado extensamente por Eckardt (2006: 91-127), é a formação do futuro com o verbo “*to go*” do inglês, que resulta na construção “*be going to*” e “*be gonna*”. Num estágio antigo, que a autora situa no século XIV, essa construção era usada para se referir unicamente a movimentos espaciais, como em (1); atualmente, sua interpretação é a de um futuro imediato. Abaixo, apresentamos uma descrição das estruturas envolvidas nessas interpretações; notem-se as diferentes estruturas possíveis em (2) e (3) (nas quais os subscritos “PROG” e “PROSP” indicam progressivo e prospectivo (i.e., futuro), respectivamente). A reanálise foi provavelmente desencadeada pela combinação de “*be going to*” com complementos que não envolviam movimento, como estativos, e assim somente a alternativa estrutural presente em (3) é possível para o exemplo (4) que traz um verbo estativo:

1. *John is going to eat bread.*  
João está indo comer pão.
2.  $[_{PRES} [_{PROG} [_{John\ goes\ [to\ eat\ bread_{VP}]_{VP}}]]]$   
 $[_{PRES} [_{PROG} [João\ vai\ (a\ algum\ lugar)\ [para\ comer\ pão_{VP}]_{VP}}]]]$  indica movimento no espaço
3.  $[_{PRES} [_{PROSP} [_{John\ eats\ bread_{VP}}]]]$   
 $[_{PRES} [_{PROSP} [João\ come\ pão_{VP}]]]$  indica “movimento” no tempo, futuridade
4. *John is going to hate the movie.*  
João vai odiar o filme.  
 $[_{PRES} [_{PROSP} [_{John\ hate\ the\ movie_{VP}}]]]$  indica “movimento” no tempo, futuridade

Na história do português, citamos dois exemplos, dentre inúmeros, nos quais podemos ver em ação esse mesmo mecanismo. O primeiro deles tem a ver com a formação do futuro sintético – um fenômeno que começou no latim vulgar e que o português tem em comum com as demais

<sup>9</sup> O que Eckardt (2006: 244) chama de “The Principle of Avoiding Pragmatic Overload”, ou seja, o princípio de evitar sobrecarga pragmática.

línguas românicas. Uma forma como “*dicere habeo*” (“dizer hei”) veiculava um significado modal de obrigação, orientado para o futuro. Quando o molde “INF + *habere*” foi aplicado a verbos psicológicos não-agentivos, como em “*amare habeo*” (“amar hei”), o significado de obrigação ficou em segundo plano e o de futuro tomou a frente; esse processo se generalizou, juntamente com a fixação sintática e a perda de material sonoro, e o verbo “*habere*” foi reinterpretado como um sufixo (i.e., um morfema verbal) que indica futuro, chegando-se assim a formas como *amarei*, *ficarei*, etc.<sup>10</sup>.

Outro exemplo é a formação do progressivo em português com a estrutura “*estar* + GER”, como em *estar fazendo*, *estar pensando*, etc. (cf. Moraes de Castilho, 2013). Inicialmente, *estar* era um verbo de sentido pleno e veiculava a ideia de que a pessoa estava parada, em pé (esse é o significado original do verbo *estar*). Num segundo momento, associou-se a essa forma um gerúndio, indicando o que fazia a pessoa enquanto estava em pé (ou seja, atribuindo a alguém o fato de estar em pé por estar fazendo alguma coisa). Finalmente, num terceiro momento, a ideia de estar em pé se perde e a construção “*estar* + GER” ganha a função de veicular uma ação em curso<sup>11</sup>.

A reanálise é uma estratégia de recrutamento, ou seja, um processo no qual participam itens lexicais que, ao mudar de estrutura, passam a expressar nuances gramaticais particulares. Na próxima seção, veremos outro tipo de mudança semântica que também pode ser explicada por meio de ferramentas formais – a generalização ou *bleaching*.

### 3.2. Generalização por meio de relações de acarretamento

O processo conhecido como *bleaching*, ou apagamento/enfraquecimento semântico, é uma das principais explicações de fenômenos de gramaticalização, e remete a casos em que um dado item perde parte do seu conteúdo lexical e passa a desempenhar um papel mais gramatical (funcional).

Em trabalhos recentes, Condoravid e Deo (2014) e Deo (2015a; b) propuseram uma explicação formal para esse processo de *bleaching*, derivada da análise de dois fenômenos que ocorrem com relativa frequência na semântica dos verbos:

- (i) a passagem resultativo => perfeito => perfectivo  
(ou seja, uma marcação formal de resultativo passa a marcar perfeito e depois perfectivo); e
- (ii) a passagem progressivo => imperfectivo.  
(o marcador de progressivo passa a marcar imperfectivo)

Os passos da trajetória em (i) nas línguas indo-arianas são ilustrados no quadro abaixo, adaptado da análise de Condoravid e Deo (2014). Os estágios I, II e III se referem à passagem do tempo:

<sup>10</sup> Para efeitos de comparação, podemos tomar a estrutura “*ter que* + INF”, que, no português brasileiro atual, veicula o significado de obrigação (é um modal de necessidade); tal estrutura, por ainda guardar fortemente o significado de obrigação, não se combina com verbos psicológicos que não envolvem volição: ? *tenho que odiar*, ? *tenho que ter medo*, ? *tenho que amar*.

<sup>11</sup> Basso (2013) traz alguns exemplos de fenômenos do português brasileiro recente, analisados segundo as ideias de Eckardt (2006).

Interpretações	Resultativo	Perfeito	Perfectivo
	Estágio I	Estágio II	Estágio III
Perfeito resultativo	ok	ok	ok
Perfeito existencial	∅	ok	ok
Perfeito universal	∅	ok	ok
Eventivo/passado	∅	∅	ok

Tabela 1: Trajetória do morfema *-ta* em línguas indo-arianas

A trajetória progressivo => imperfectivo, segundo Deo (2015a; b), passa por estágios semelhantes de mudança. Diante de tais regularidades, podemos fazer a seguinte pergunta: o que estaria por trás desses fenômenos, bem como das demais trajetórias de gramaticalização similares? A resposta de Condoravid e Deo (2014) e de Deo (2015a; b) é que estamos diante de um tipo particular de relação semântica de acarretamento – o acarretamento assimétrico.

A relação de acarretamento, simbolizada por “ $P \rightarrow_A Q$ ” [leia-se: P acarreta Q, ou P implica Q por acarretamento], se dá entre duas sentenças P e Q se e somente se quando P é verdadeira Q também é, ou seja, as condições de verdade de Q são um subconjunto das condições de verdade de P. Considerem-se os exemplos a seguir:

5. João mora numa casa amarela.  $\rightarrow_A$  João mora numa casa.
6. Está nevando.  $\rightarrow_A$  Está frio<sup>12</sup>.
7. João está vivo.  $\rightarrow_A$  João está respirando.
8. Maria é mais alta que João.  $\rightarrow_A$  João é mais baixo que Maria.

Há duas situações diferentes possíveis: (i) P acarreta Q e Q acarreta P, e (ii) P acarreta Q e Q não acarreta P. O exemplo (7) ilustra a situação (i), pois “Se *João está vivo*, então *ele está respirando*” e “Se *João está respirando*, então *João está vivo*”. E o exemplo (6) ilustra a situação (ii), em que o acarretamento é assimétrico: “Se *está nevando*, então *está frio*”, mas “Se *está frio* não necessariamente *está nevando*”.

Segundo propõem as autoras, a ideia é que as trajetórias de mudança semântica descritas na Tabela 1 são justamente casos de acarretamento assimétrico. O raciocínio é o seguinte: um evento resultativo é perfeito e perfectivo, mas um evento perfeito não é necessariamente resultativo; do mesmo modo, um evento progressivo é necessariamente imperfectivo, mas um evento imperfectivo não é necessariamente progressivo. Ou seja, ao “caminharmos” na trajetória de gramaticalização partimos de uma noção semântica mais específica para noções semânticas menos específicas, e por isso mesmo mais gerais. Em outras palavras, ser resultativo acarreta assimetricamente ser perfeito e perfectivo, pois perfeito ou ser perfectivo não acarreta ser resultativo. Segundo essa proposta, o *bleaching* reside justamente na passagem de uma condição mais específica para uma condição mais geral, que explora o fato de que entre os sentidos que uma determinada expressão apresenta em dois momentos sucessivos há uma relação estrutural – o acarretamento assimétrico.

<sup>12</sup> Entendendo-se que zero graus, ou menos, é considerado frio.

Essa proposta de análise, além de apresentar em termos formais uma das noções mais mobilizadas pelas teorias de gramaticalização, também serve como um teste: se estivermos diante de um suposto caso de gramaticalização gerada por enfraquecimento, podemos avaliar o tipo de relação de acarretamento que se dá entre os elementos da trajetória de mudança em questão.

### 3.3. Enfraquecimento devido ao uso inflacionário

A ideia por trás da mudança impulsionada por usos inflacionários é que o emprego de certos itens ou construções que demandam mais especificidade (porque carregam pressuposições ou outros tipos de restrições contextuais) em contextos nos quais essas restrições não são atendidas acaba por enfraquecer esses itens ou construções, de modo que sua especificidade se perde, e eles se tornam, por assim dizer, “mais fracos”. É interessante notar que esse tipo de mecanismo de mudança foi descrito por Antoine de Meillet no começo da década de 1910, que usou a imagem de uma espiral como analogia, e também por Otto Jespersen, no final da década de 1910. Ambos os autores salientaram o fato de que itens fortes usados com demasiada frequência sem respeitar as restrições necessárias, se enfraquecem e se generalizam, para então serem substituídos por itens novos, do que resulta um ciclo (o famoso “ciclo de Jespersen”) ou uma espiral de mudança na visão de Meillet.

Como nota Deo (2001), esse processo é bastante comum e envolve, por exemplo, (i) itens lexicais que expressam valores mais fortes (ou seja, que impõem restrições de uso mais exigentes) que passam a ser usados em mais contextos, (ii) expressões de surpresa que passam a ser usadas sem esse elemento, e (iii) expressões que carregam uma informação irrelevante no contexto ou uma pressuposição não satisfeita que passam a ser usadas de modo mais amplo ou geral.

Em todos esses casos, o que une os elementos envolvidos nesse processo de mudança é o fato de algo mais específico ou mais restritivo ser usado sem o devido atendimento de sua restrição ou especificidade. Dito de outra forma, o uso do item mais forte em contextos nos quais um outro item mais fraco caberia melhor leva esse item mais forte a um desgaste (ele perde valor – daí a ideia de inflação).

Esse “desgaste” causado pelo uso inflacionário é claramente visto quando consideramos itens expressivos, cujo papel principal é intensificar uma avaliação ou emoção – quanto mais usado é um dado item, mais fraco ele vai ficando, até ser necessária sua substituição por um outro item, provavelmente novo, que veicule, juntamente com a intensificação, um elemento de surpresa causado pelo fato de ser inesperado (seja porque não é tão comum, seja porque é mais ofensivo do que o esperado, seja por alguma outra razão). Tomemos como exemplo a sequência abaixo, que ilustra como trocamos, de tempo em tempos, o modo como damos ênfase às nossas emoções e avaliações devido à “inflação” que os itens vão sofrendo<sup>13</sup>:

legal < bem legal < muito legal < legal pra caralho  
 –FORTE +FORTE

<sup>13</sup> Outro exemplo que talvez se enquadre aqui seja a formação de *mesmo* e seus equivalentes nas línguas românicas. Em resumo, as etapas seriam: Ø > *ego* (‘eu’) > *egomet* (‘*met*’ é uma expressão de reforço) > *egomet+ipse* (‘*ipse*’ um indefinido que também funciona como um reforço) > (*ego*) *metipse* > *metipse* > *metipsissimus* (superlativo de ‘*ipse*’, aumentando o reforço) > *metipsimus* > *medesmo* > *meesmo* > *mesmo*. A partir de “*metipsissimus*”, mecanismos de evolução fonética que ocorreram na passagem do latim vulgar para o português se encarregam de derivar a forma *mesmo*. Os reforços garantiam uma interpretação de algo como *eu mesmo*, *eu próprio* ou *eu em pessoa*.

O ponto interessante é que esse mesmo processo acontece também com categorias funcionais. Segundo Kiparsky e Condoravdi (2006), a diacronia da negação do grego seria um bom exemplo desse mecanismo: o que antes era uma negação enfática passou a ser uma negação simples<sup>14</sup>.

Vejamos como isso se encaixa no mecanismo “inflacionário” de mudança. Primeiramente, é importante notar que a negação enfática é mais especializada do que a negação simples, impõe restrições de uso e aparece em contextos mais específicos. Além disso, a negação enfática:

→ indica contradição de um conteúdo assertado

9. João leu todos os livros, né? – Não, ele não leu nada<sup>15</sup>!

→ nega uma pressuposição

10. Quanto ficou essa calça nova? – Ela não custou nada.

→ amplia o domínio do discurso sob o escopo da negação

11. Você ouviu o barulho do carro? – Eu não ouvi coisa nenhuma.

Mas a ideia é que o uso “indiscriminado” dessa negação especializada ao longo da história tem o efeito inflacionário de transformá-la numa negação simples: usar frequentemente essa negação, provavelmente com a intenção de dar ênfase ou chamar a atenção, resulta em fazê-la aparecer em mais contextos do que seria esperado, e assim, por ser tão usada, suas características específicas desaparecem<sup>16</sup>.

Nesse tipo de mudança, as ferramentas da semântica formal podem ajudar a individualizar os contextos que as construções ou itens mais especializados demandam, bem como suas pressuposições e restrições contextuais<sup>17</sup>.

### 3.4. Sobre o léxico

Mencionamos que a primeira camada na qual percebemos a mudança semântica é o léxico, e esse tipo de mudança foi também o mais estudado no passado. Para além de compilar casos anedóticos, é possível encontrarmos alguma sistematicidade na mudança semântica que acontece no léxico, e várias tipologias já foram propostas, que envolvem palavras cujos significados foram ampliados ou restritos, ou passaram por processos de analogia e metáfora, entre outros.

O campo do debate político é exemplo de uma área muito rica em inovações, e nele vemos não apenas a criação de itens novos (*esquerdopata*, com o significado aproximado de defensor

<sup>14</sup> Aqui, um item funcional forte (porque carrega pressuposições e restrições contextuais de uso) passa a ser um item funcional fraco (porque deixa de carregar restrições de uso).

<sup>15</sup> O item *nada* do português também surgiu como um reforço do significado de negação, combinado com *não* (*non*), e, na origem, remetia a “coisa nascida” (*res natam*). Assim, *ele não comeu nada* remetia a algo como “ele não comeu nenhuma coisa que você possa apontar como criada por Deus neste universo”.

<sup>16</sup> O exemplo clássico e o caso mais estudado desse tipo de mudança é certamente a formação da negação francesa com “*ne V pas*”. Essa forma nasce como uma negação enfática, escalar pela qual se nega a realização mínima de algo (*Je ne bouge pas* = “eu não me movo nem um passo”); se o mínimo não se realizou, nada se realizou). Com o uso “indiscriminado” (ou seja, em vários tipos de contexto) dessa negação, ela se inflacionou e passou a significar uma negação simples, usada de modo convencional e padrão na língua. Sobre isso, *cf.*, Meillet (2016 [1906]), e, para uma análise do papel desempenhado pelas “escalas argumentativas”, Ducrot (1972).

<sup>17</sup> No português brasileiro, itens como *safado* e *moleque* já foram usados como xingamentos, e, via seu uso inflacionário, perderam boa parte de sua carga negativa.



irrestrito da esquerda por quem se identifica com a direita política) mas também usos particulares de itens antigos (*gado*, com o significado derogatório aproximado de seguidor cego da direita no discurso político de quem se identifica mais com a esquerda)<sup>18</sup>. A comunicação rápida e “descentralizada” que a internet propicia ajuda na circulação mais ampla de palavras e construções (ou usos particulares delas) inovadoras. Aliás, o próprio uso de redes sociais cria para si um domínio próprio de debate, que garante seu próprio “jargão argumentativo”. E assim, ao defender alguém estamos *passando pano* para essa pessoa, e ao sugerirmos um comentário ofensivo, *damos um shade*, alguém que tem seu perfil social vasculhado está sendo *stalkeado*, e quando algo não dá certo, esse algo *flopou*.

Mudanças do léxico que causam impacto não têm sua origem somente nos avanços da tecnologia e nas disputas políticas; mudanças nos hábitos sociais podem produzir reorganizações do léxico igualmente radicais. Os jornais brasileiros do começo do século XX utilizavam a palavra *indústria* com o sentido do étimo latino *industria*, ou seja, “atividade”; a agricultura, apesar de reconhecida como um tipo específico de atividade produtiva, podia então ser chamada de “indústria agrícola”. Com a ampliação e diversificação das atividades produtivas de transformação, *indústria* acabou aplicando-se a estas últimas, em oposição à agricultura, vista como uma atividade de manejo da terra; quem ouve hoje a expressão *indústria agrícola* pensa possivelmente na produção de máquinas para a agricultura e não no cultivo da terra. Aqui também, é visível a mudança de sentido de uma palavra, mas na verdade o que muda (se reorganiza) é todo um campo semântico.

Um outro exemplo: em meados do século passado, boa parte da sociedade brasileira começou a aplicar às uniões homoafetivas uma visão menos preconceituosa, aceitando-as como uma alternativa possível e real ao casamento heterossexual tradicional. A par dos problemas jurídicos inerentes à questão isso criou para os falantes do português brasileiro vários problemas de denominação: seria possível falar de *casamento* ou de *casal* a propósito dessas uniões? Como qualificar os dois parceiros sem usar os termos *marido* e *mulher*, que pareciam interpretar as uniões homossexuais na perspectiva do casamento tradicional? Se um dos dois cônjuges descrevesse o outro como *meu parceiro* ou *minha parceira* atribuiria automaticamente a si mesmo um papel masculino ou feminino? E como fazer no caso de haver crianças: dois *pais*? Duas *mães*? Muitos jornalistas que descreveram fatos do dia-a-dia naquele período precisaram fazer malabarismos verbais para não passarem por intoleravelmente preconceituosos ou intoleravelmente avançados e ... para serem compreendido hoje, palavras como *casamento*, *namorado/a*, *companheiro/a* ..., usados para uniões homossexuais já não chocam, e eventualmente se ouvem na linguagem do povo expressões como *marida*. Não nos consta que problemas desse tipo tenham tido prioridade nos estudos de semântica que se fazem atualmente no Brasil. Mas mudanças desse tipo continuam acontecendo e afetam eventualmente expressões de largo uso.

<sup>18</sup> As ofensas políticas são um terreno muito fértil para a investigação de mudanças e criações no léxico, e o inventário muda ao sabor da época e de quem está efetivamente no poder e na oposição. Uma possível lista atual contém termos já um tanto antigos como *tucano* (atualmente com conotações negativas, remete aos membros do PSDB) e *centrão* (usado para se referir a políticos de pouca expressão, acusados de lutarem somente por causas pessoais), alguns recém-criados, como *bolsomúnion* (defensor do político Jair M. Bolsonaro), *petralha* (termo usado para chamar de corrupto adeptos da esquerda política ligados ao PT), *petelho* (termo para ofender partidários de esquerda; junção de *petista* + *petelho*), e outros que receberam uma nova interpretação, como *coxinha* (usado para ofender quem é adepto da direita política), *mortadela* (usado para ofender quem é adepto da esquerda política), *antifa* (usado recentemente para agredir aqueles que lutam contra o fascismo, e acusá-los de terroristas) etc. Note-se também que as origens desses termos são as mais variadas possíveis (cruzamento vocabular, reinterpretção de um item já existente, uso de siglas etc.).

Além desses, é interessante mencionar os casos de estrangeirismos, notadamente do inglês se considerarmos o português brasileiro mais recente. Na imensa maioria das vezes, esses estrangeirismos não apenas adotam a fonotaxe do PB, mas aceitam também todos os processos morfológicos e as estruturas sintáticas dessa língua, e assim formamos, por exemplo, expressões como *dar uma googlada*. Em algumas áreas, o uso de estrangeirismos é mais marcante, como no caso dos jogos eletrônicos (como em *spawnar*, *dropar*) e da informática (em que temos *logar*, *logofar*). Esses itens podem facilmente migrar de um domínio para o outro, indo da área em que surgiram (*deletar* um caractere) para usos mais amplas (*deletar* fulano da minha vida).

Na seção seguinte, vejamos alguns casos de mudanças semântica que foram recentemente investigados nos estudos linguísticos do português brasileiro e um breve histórico desse tipo de estudo no Brasil<sup>19</sup>.

#### **4. MUDANÇA SEMÂNTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: BREVE HISTÓRICO DE ESTUDOS E DE FENÔMENOS**

Em tempos que vão longe, o estudo diacrônico das formas e dos significados já foi a orientação majoritária dos estudos linguísticos, no Brasil. É bem verdade que isto aconteceu numa época em que não se falava de linguística e sim de filologia (a primeira cátedra brasileira de linguística foi criada na Universidade de São Paulo em 1964). Nessa época, as universidades menos prestigiadas ensinavam gramática tradicional, e as mais famosas ofereciam cursos de “filologia portuguesa”, em que se pedia que os alunos de graduação analisassem textos medievais, importados de Portugal sob forma de microfimes ou microfichas. Os resultados esperados dessa análise eram uma “tradução” do texto para o português do século XX, precedida de comentários sobre a época em que o texto medieval havia sido escrito e justificada pelo esclarecimento do sentido das palavras que resultavam incompreensíveis à primeira leitura (por exemplo, o aluno precisaria explicar que a palavra portuguesa *bago* tem origem no acusativo latino *baculum*, o que supostamente ajudaria a entender que os bagos em que se apoiavam os santos das hagiografias medievais não eram as sementes de alguma planta, mas sim seus cajados).

Muitas teses escritas nas boas universidades brasileiras durante esse período consistiram em edições comentadas de textos medievais, e isso permitiu que aparecessem, no Brasil, alguns filólogos notáveis que, claro, tinham os olhos voltados para Coimbra, e buscavam encaixar-se numa tradição europeia e mais especificamente portuguesa (como Celso Cunha (1917-1989) em seu trabalho de 1945). É também dessa época a ênfase dada ao estudo comparativo das línguas românicas, motivado pela confiança de que a comparação das características que essas línguas apresentam hoje permitiria reconstituir em detalhe o latim vulgar – essa espécie de elo ausente que sempre ficou como um mistério entre o latim da grande literatura romana e as línguas derivadas do latim, tal como as conhecemos modernamente (cf. Maurer Jr. 1959, 1962).

Esse panorama teórico mudou rapidamente nos anos 1960 quando começaram a circular nas universidades brasileiras os escritos de autores como Bernard Pottier, Jean Dubois, Roland Barthes, André Martinet, Tzvetan Todorov, Roman Jakobson, Algirdas Julius Greimas entre outros, que fizeram rapidamente escola definindo a si mesmos como estruturalistas. Representando-se como seguidores de Saussure (mas esquecendo que Saussure foi, antes de mais nada,

---

<sup>19</sup> Para uma apreciação mais detalhada da história dos estudos semânticos no Brasil, ver Ilari e Basso (no prelo).

um indoeuropeísta formado na Alemanha do século XIX), os brasileiros da mesma geração conduziram uma impiedosa cruzada que, em poucos anos, colocou no lugar de destaque que havia pertencido aos filólogos um novo tipo de pesquisador –o linguista– que se declarava solenemente desinteressado pela história da língua, e que se valia do conceito saussuriano de sincronia para adotar como objeto de estudo a língua enquanto sistema.

A nova atitude permitiu avanços importantes, por exemplo, criou a expectativa de que se estudasse a língua efetivamente falada e escrita contemporaneamente a partir de registros reais (e não a partir da imagem até certo ponto artificial que se poderia extrair das gramáticas), além de pôr em circulação a ideia de que as variedades de língua faladas pelo povo são altamente sistemáticas, e não caóticas ou degeneradas. A circulação, ainda nos anos '60, das teorias de Chomsky, que, sobretudo num primeiro momento, não falavam de história e davam da língua uma representação por assim dizer “cibernética”<sup>20</sup>, reforçou a convicção de que a língua deveria ser estudada como sistema, e deu a esse programa instrumentos indiscutivelmente mais seguros. Mas com isso a filologia, e com ela a preocupação de investigar a história da língua, foram deixadas de lado.

Passadas algumas décadas, já não se ouve falar no Brasil de estruturalistas ou estruturalismos (a não ser por parte de estudiosos interessados em falar do estruturalismo como um movimento localizado no tempo); quanto à linguística chomskiana, ela foi-se renovando constantemente e desmentiu todas as previsões que anunciavam sua morte próxima; no Brasil, o gerativismo, seja no minimalismo, ou na cartografia, encontra hoje a oposição de várias orientações “funcionalistas”, mas é certo que se continua fazendo no Brasil uma linguística de inspiração chomskiana de altíssima qualidade, ainda que não ortodoxa, porque nestas décadas, muitas investigações de largo fôlego entraram em áreas que de início eram consideradas intocáveis, ou “interdisciplinares” sendo seminal e exemplar o trabalho de Mary Kato, Fernando Tarallo e colaboradores sobre a história da língua (cf. Tarallo 1985). A mesma disposição para trabalhar em áreas interdisciplinares caracteriza hoje muitos “funcionalistas”, cujos trabalhos vão além da descrição do sistema (como é o caso de Sanderléia R. Longhin, Flavia Bezerra de Menezes Hirata Vale, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Roberto Gomes Camacho, Marize M. Dall’Aglío-Hattner, Erotilde Goreti Pezatti, entre outros).

Um aspecto notável da investigação linguística mais recente no Brasil é o retorno da Linguística Histórica; convém explorar ainda que rapidamente algumas condições desse retorno, se quisermos compreender como se enquadram nele as pesquisas de semântica diacrônica de que temos conhecimento. Descrevemos por alto algumas dessas condições:

- I. O português sul-americano vive há pelo menos dois séculos o drama de definir-se como uma língua de pleno direito, em face da variedade europeia. Saber se essas duas variedades são línguas distintas ou não é um problema que volta periodicamente, ganhando às vezes contornos políticos tragicômicos (como no caso das reformas ortográficas que deveriam ter servido para aplainar a adoção do português pela ONU como uma de suas línguas oficiais). O fato é que o português brasileiro (em suas inúmeras variedades diatópicas e diastráticas) é a língua de mais de 200 milhões de habitantes, que não se reconhecem nos padrões da fala e escrita que prevalecem em Portugal (temos objeto nulo, singular nu, a não obrigatoriedade de concordância de número, uso generalizado de próclise, entre outros fenômenos). Um modo óbvio de explicar tais diferenças consiste evidentemente em tratá-los como modificações que ocorreram no PB e

---

<sup>20</sup> No início dos anos 1970, este termo era usado repetidamente por Leila Bárbara, sintaticista da PUC-São Paulo, a universidade que formou em São Paulo o primeiro grupo importante de estudos chomskianos.

não no PE (e vice-versa) e isso implica fazer história. Propostas mais ou menos abrangentes já foram lançadas nesse sentido (por exemplo, a de que o PB seria um português mais antigo);

- II. A incorporação ao português americano de palavras ou construções indígenas ou africanas é um fenômeno que pertence em grande parte ao passado, e a investigação desse fenômeno é sempre um importante tema de pesquisa. As políticas adotadas desde sempre em relação às populações indígenas e ao meio-ambiente resultaram na prática na dizimação dessas populações, e em sua absorção pela população de fala portuguesa, sendo mais normal hoje que as línguas nativas sofram a influência do português do que vice-versa. Um exemplo emblemático é o episódio relatado em Ferrarezi (2013), que mostra como os indígenas de Rondônia tinham adotado o termo *piava* para indicar quaisquer peixes desprovidos de interesse comercial mas úteis como isca em pescarias. O termo *piava* é de origem indígena, mas não provém de uma língua de Rondônia; é usado como sinônimo de “peixe para isca” por influência do branco. Ainda assim, as influências indígenas e africanas no vocabulário do português brasileiro continuam sendo um tópico aberto, como é comprovado, de resto, por publicações recentes e não tão recentes<sup>21</sup>.
- III. Diferenças igualmente intrigantes são encontradas quando se comparam o português e as outras línguas românicas, ou o português e as outras línguas europeias. Existe, aliás, uma velha preocupação dos estudiosos de nossa língua que consiste em explorar suas idiossincrasias ou, como já se disse, os “idiotismos” do português, e os idiotismos das principais variedades do português. Há desses idiotismos em todos os níveis estruturais (a interpretação do pretérito composto do português, o infinitivo pessoal e até mesmo a palavra *saudade* são bons exemplos), e cada idiotismo pode ser visto como um problema histórico: quando e como tomou forma na língua, criando um contraste a mais com línguas irmãs;
- IV. A linguística brasileira foi sempre muito receptiva em relação a novas tendências teóricas (a rapidez com que aderiu ao estruturalismo e depois à gramática gerativa é um exemplo dessa receptividade); algumas das teses prestigiadas nos centros universitários do primeiro mundo que abriram um espaço para a história foram logo imitadas por aqui<sup>22</sup>. No modo como são analisadas as mudanças é sempre possível perceber um viés criado pelas concepções do sistema linguístico com maior prestígio no momento: são frequentemente estas últimas que servem como fonte de hipóteses, ou no mínimo como contexto de estabilidade em que se processa a mudança;
- V. A criação de grandes bancos de dados com suporte computacional, reunindo amostras da língua documentada dos dois lados do Atlântico desde a Idade Média até hoje<sup>23</sup>, em paralelo com a criação de uma linguística de *corpus*, permite atualmente acompanhar passo-a-passo o desenvolvimento das estruturas linguísticas, através do tempo, dando à análise histórica uma rapidez e uma confiabilidade inéditas.

<sup>21</sup> Sobre esse tema, entre muitos outros, remete aos trabalhos de Noll e Dietrich (2010), Castro (2005), Fiorin e Petter (2008), Lobo e Oliveira (2009), Lucchesi *et al.* (2009).

<sup>22</sup> São inúmeros os autores cujos trabalhos poderíamos citar aqui, entre eles vale a pena mencionar Eve Sweetser, Greg Carlson, Gennaro Chierchia, Ian Roberts, John Lyons, Paul Hopper, Elizabeth Traugott, Ray Jackendoff, Ronald Langacker, David Dowty, Leonard Talmy, Adele Goldberg, William Labov, Talmy Givon, Dirk Geeraerts, Simon Dik, etc.

<sup>23</sup> Listamos aqui alguns desses *corpora*, com seus endereços eletrônicos: Programa para a História da Língua Portuguesa (<http://www.prohpor.org>); Tycho Brahe Project (<http://www.tycho.iel.unicamp.br>); O corpus do português (<http://www.corpusdoportugues.org/>); Corporaport (<https://corporaport.letras.ufrj.br/>); Corpus do Projeto História do Português Paulista (<http://phpp.fflch.usp.br/corpus/>); Tradições discursivas do Ceará ([www.tradice.ufc.br/](http://www.tradice.ufc.br/)). Nesse contexto, além do já citado Castilho (2019), cabe mencionar Lobo (2001) e Pimentel-Pinto (1978), mas já são vários os trabalhos que trazem *corpora* históricos do português brasileiro.

Mais ou menos permanentes, essas condições valem em princípio para a exploração histórica de qualquer área da língua. Não admira assim que, nos últimos 20 ou 30 anos, tenham surgido dos dois lados do Atlântico projetos que se desenvolveram sob sua influência. Para disciplinas como a sintaxe e a fonética-fonologia, um bom balanço dos resultados dessa atividade no Brasil pode ser feito através das obras organizadas por Dermeval da Hora e Camilo Rosa e Silva (2010), Ian Roberts e Mary Kato (2018), Charlotte Galves, Ian Roberts e Mary Kato (2019), a coleção *Para a História do Português Brasileiro* e, mais recentemente, através da coleção *História do Português Brasileiro*, dirigida por Ataliba Castilho, que contava, até junho de 2020, com 8 volumes<sup>24</sup>. O espaço ocupado pela semântica histórica nessa produção é proporcionalmente pequeno, quando comparado com o de outras disciplinas, como a sintaxe ou a história das classes de palavras, e, como sempre, a semântica foi uma das últimas disciplinas linguísticas a deslanchar. Mas pode-se dizer que existe hoje uma semântica diacrônica do PB, representada, na medida do possível, pelo oitavo volume da coleção dirigida por Castilho.

Não seria de esperar que, nesse recomeço, a semântica do português que se faz no Brasil aparecesse ligada aos modelos pré-estruturalistas, e isso de fato não aconteceu. Em primeiro lugar, os autores que a praticam não fazem etimologia<sup>25</sup>; em segundo lugar, seu foco já não são majoritariamente as mudanças observadas no léxico: seu objeto de estudo podem ser unidades da morfologia ou construções sintáticas; e finalmente, o objeto de estudo podem ser as mudanças que estão ocorrendo sob os nossos olhos, contemporaneamente, no espaço de uma ou duas gerações (entre estas últimas, chamaram a atenção aquelas que são veiculadas pelas redes sociais).

#### 4.1. Alguns exemplos em Ilari e Basso (2020)

Tratamos nesta seção dos temas estudados no oitavo volume da coleção *História do Português Brasileiro*, por cuja organização respondemos nos últimos dois anos (Ilari e Basso 2020). Uma característica comum desses textos é que usam ferramentas analíticas atuais e muito precisas, mas os fatos por eles analisados não são exatamente os mesmos que se esperaria encontrar numa semântica histórica de tipo tradicional, e nisso (à parte sua qualidade intrínseca) reside o interesse em mencioná-los, porque, no conjunto, eles sugerem que uma nova pauta está se constituindo para o estudo das mudanças semânticas que ocorre(ra)m no português do Brasil.

Nada menos que dois textos em onze investigam mudanças semânticas pelas quais passaram antigas raízes. Uma dessas mudanças é o uso recente do sufixo aumentativo “-aço”, presente em neologismos como *buzinaço* e *panelaço*; Oliveira (2020) mostra que não se trata de aumentativos, mas sim dos nomes de protestos populares definidos por seu instrumento. Assim, um *buzinaço* é uma manifestação na qual as pessoas usam as buzinas de seus veículos, e *panelaço*, um protesto no qual as pessoas batem panelas. Mas o sufixo pode se combinar com bases mais inusitadas, gerando formas como *beijaço*, que remete a um protesto que consiste em beijar-se publicamente. Ainda no domínio da morfologia, em Resende (2020), podemos acompanhar algumas das mudanças de sentido pelas quais passou o morfema “mit-” (do latim *mittere*, “mandar”), ao gerar itens como *admitir*, *emitir*, *omitir*, *demitir*, *permitir*, *remitir*, *transmitir* etc. Vislumbramos, à luz de uma teoria formal de morfologia, como esse morfema

<sup>24</sup> É interessante mencionar também alguns dos trabalhos já publicados sobre o português paulista, como Castilho (2009), Santiago-Almeida e Lima-Hernandez (2012), Simões (2019) e Torres-Morais *et al.* (2009).

<sup>25</sup> Há bons etimologistas no Brasil, mas eles próprios não se reconheciam a si próprios como semanticistas-historiadores do português brasileiro. Ver, por exemplo, Viaro (2011).

passou de seu significado latino referencial para um significado mais conceitual (abstrato) em português e nas demais línguas românicas.

A mesma coletânea Ilari e Basso (2020) traz quatro trabalhos dedicados à criação de sentidos peculiares para construções sintáticas: (i) Becker (2020), que lida com a interpretação, peculiar à língua portuguesa, do passado composto (*tenho pensado, tenho feito*), que remete à iteração ou duração e não a um perfeito ou perfectivo, (ii) Mendes de Souza (2020), que aborda a origem e a interpretação dos intensificadores encabeçados pela preposição *a*, como *à beça* e *a dar com pau*, por sua vez, (iii) Guimarães (2020) analisa as mudanças nas interpretações do advérbio *justamente*, que vai de um advérbio de modo a um advérbio focalizador, e (iv) Wall (2020) que traça uma história dos “nominais nus” do português brasileiro, notadamente o singular nu, exemplificado em *Sertanejo não sabe chorar* e *Baleia está em extinção*. Todos esses temas dizem respeito a peculiaridades do português brasileiro : (i) o pretérito perfeito composto (PPC) do português sempre foi um tema importante para os romanistas pois, como dissemos, não tem um valor claro de passado e perfeito, e além de envolver duração (para eventos durativos) e repetição (para eventos pontuais) o PPC é orientado para o futuro; ao analisar sua formação histórica, inevitavelmente lida-se também, entre outros, com o tema da “pluracionalidade”, e isso dá contornos muito mais amplos para esse tipo de pesquisa; (ii) lida com a questão do surgimento de estruturas de intensificação, um fenômeno muito recorrente, que é frequentemente um exemplo do que vimos na seção 3.3; nesse caso, a busca pela origem de expressões intensificadoras encabeçadas por ‘a’ pode também gerar resultados que nos levam a entender expressões criadas nos domínios atuais das redes sociais; (iii) ao acompanhar o percurso de mudança semântica que levou um advérbio de modo para foco, podemos identificar uma série de mecanismos de mudança em atuação, com um grande grau de detalhe e isso certamente abre caminho para outras investigações semelhantes; (iv) o singular nu é um tema bastante investigado na fronteira entre sintaxe e semântica do PB, pois tem emprego muito mais amplo na variedade americana do que na variedade europeia, é uma construção que outras línguas românicas não conhecem (ao menos não de modo tão generalizado como o PB), e que se propõe como uma alternativa a outras formas de determinação nominal, como o uso no plural do substantivo e do artigo definido, o uso no singular do substantivo e do artigo indefinido e outras. Para os semanticistas que trabalham numa perspectiva sincrônica, o desafio proposto pelos nominais nus consiste em determinar que tipo de quantificação ele exprime, e, do ponto de vista diacrônico, trata-se mais uma vez de saber como e quando os nominais nus ganharam seu sentido atual e a frequência com que são usados hoje.

Ainda no domínio dos fenômenos estruturais, uma questão muito importante para quem faz semântica diacrônica é saber em que consiste a mudança em curso e como ela convive com usos já estabelecidos. Esse problema foi colocado com particular acuidade por Rammé e Wachowicz (2020) a propósito da mudança de preposição que acompanha o complemento de verbos de movimento, como *ir* e *correr*. O lugar para onde alguém *corre* ou *vai* era expresso tradicionalmente pelas preposições *a* ou *para*. (*Fui para São Paulo a semana passada*) Condenada pelos gramáticos, a construção com a preposição *em* é hoje cada vez mais comum: *Fui em São Paulo, corri em casa* significam para boa parte da população brasileira que São Paulo e a casa são o ponto em direção ao qual se correu. Em vez de ver nisso uma simples mudança de preposição, ou mesmo um erro como pretendiam os gramáticos, pode-se também pensar que o verbo mudou de sentido e é isso, precisamente, que faz Rammé e Wachowicz (2020) ao explicar a mudança como reconstrução de uma estrutura subjacente à frase. Ainda sobre preposições, mas sob outra perspectiva, Kewitz *et al.* (2020) investiga como o inventário de preposições espaciais herdado do latim foi aumentado mediante o uso dos itens espaciais

*cima, cerca e baixo*, gerando uma série extensa de locuções prepositivas; a formação de locuções prepositivas pela justaposição de preposições e substantivos preexistentes é um dos principais recursos pelos quais o português sempre ampliou seus inventários de itens de classes fechadas.

Por sua vez, Alessandra Castilho Costa (2020), utilizando o modelo das tradições discursivas, apresenta um percurso histórico de itens “apresentacionais” – termos como *eis* e certos usos de *haver* e *estar*, por exemplo – ao longo de várias traduções brasileiras da Bíblia. Esse texto mostra que os apresentacionais eram originalmente expressões indicativas ou predicativas, e que uma ou outra dessas origens prevaleceu ao longo do tempo.

Conforme a época, as influências africanas no vocabulário do português brasileiro já foram mais ou menos valorizadas, e já levaram a hipóteses fortes, por exemplo, de que a variedade americana do português seria um crioulo ou semi-crioulo (ver, por exemplo, Parkvall e Álvarez López 2003). Não faltam estudos sobre a escrita de negros nos períodos da Colônia e do Império (como os trabalhos de Oliveira, 2004; 2006), mas é raro encontrar nesses estudos análises especificamente semânticas e ainda por cima diacrônicas. Isso só acresce a importância do trabalho de Álvarez López e Avelar (também em Ilari e Basso 2020), que estuda como um grupo de palavras oriundas de línguas banto sobreviveu na linguagem ritual do candomblé e passou em seguida à língua de comunidades LGBT. Além de sua exaustividade e de seu valor documental, esse texto impressiona por mostrar como pode ser tortuoso e o caminho que garante a sobrevivência de vozes africanas, num país em que o afrodescendente sempre viveu em condições de inferioridade. Além disso, a junção de análises sociais e estruturais em muito ilumina questões de mudança de significados, pois possibilita relacionar quais mudanças ocorreram com o sentido original de um dado item a partir dos indivíduos que o usaram e das práticas e contextos em que foram empregados<sup>26</sup>.

## 4.2. Outros exemplos

A tarefa de organizar um volume que trata de mudança semântica traz algumas lições, como, por exemplo, tratar pontualmente alguns fenômenos mais do que fazer uma história abrangente de mudança semântica pode ser uma estratégia rica em análises e modelos, que abre portas para diversas metodologias e abordagens teóricas. Essa diversidade permite também reconhecer uma série de fenômenos que já foram estudados em teorias diversas e fenômenos que ainda podem ser descritos seguindo as linhas do que definimos acima como “semântica diacrônica”. Mencionaremos mais algumas a seguir.

Outras mudanças de sentido que têm recebido uma atenção, a nosso ver ainda insuficiente, são aquelas que vêm ocorrendo na grade temática dos verbos, e na sua expressão pelas preposições. Sempre houve muita variação na regência verbal e muita polêmica a esse respeito, e não vale a pena se preocupar demais com questões que fizeram rolar muita tinta nos jornais, como a célebre discussão sobre se a entrega da pizza que terminava na portaria do prédio era uma *entrega em domicílio* ou uma *entrega a domicílio* (hoje, é tudo *delivery*, e a questão se resolveu por si só). Mas é um fato que a grade temática de alguns verbos se alterou, por exemplo, pela perda ou pelo acréscimo de novos actantes, ou pela atribuição a estes de uma função diferente. Por exemplo, o verbo *estudar* tem, tradicionalmente, uma regência intransitiva e uma regência transitiva (*O João é uma criança, e ainda não trabalha, estuda; O João estuda*

---

<sup>26</sup> É possível vislumbrar em Álvarez López e Avelar (2020) algumas das questões que abordam quem lida com o que chamamos de “faceta dinâmica” da mudança semântica.

*violão clássico*), mas é cada vez mais frequente encontrá-lo numa regência causativa: *A Natalina tem muito mérito: apesar de pobre, estudou todos os filhos*<sup>27</sup>. Como *estudar*, já encontramos, usados com uma diátese alterada em relação ao padrão mais antigo, os verbos de frases como *Não uso esse sapato porque ele me dói o pé*<sup>28</sup>. Mais do que simplesmente elencar as construções distintas de um “mesmo” verbo, associando-as às a diferença de sentido (doer1=sentir dor; doer2=causar dor, machucar), interessa analisar, com as ferramentas que apresentamos acima, os ingredientes e os fatores que possibilitam esse tipo de mudança.

Além desses temas, é importante mencionar que vários trabalhos sobre gramaticalização já foram feitos e estão sendo feitos recentemente no Brasil, e que tocam diretamente em questões de semântica diacrônica. Um exemplo particularmente relevante é Longhin (2003), que trata do surgimento e da semântica da perífrase conjuncional *só que* em PB. Aliás, o tema das novas conjunções do PB, feitas via de regra com o uso de *que* (*sem que, já que, nem que* etc.) é um terreno que oferece interessantes linhas de pesquisa. Podemos também mencionar fenômenos de gramaticalização que estão acontecendo sob nossas vistas. Um deles é o estranho conectivo, meio pronome, meio conjunção, *que é quando*, que aparece em sentenças como *O presidente da companhia foi levado a depor por condução coercitiva, que é quando o suspeito é levado à audiência contra a sua vontade* e *A principal complicação é a hemorragia, que é quando se perde muito sangue*. Essa expressão serve a uma operação metalinguística peculiar, que consiste em dar a definição de um termo ao mesmo tempo que ele está sendo usado, colocando na frase uma oração subordinada temporal com papel de apositiva. O item *tipo* que aparece em construções como *O João falou tipo eu não quero ir* é um caso peculiar de introdução de discurso reportado direto mas que traz um comprometimento menor de quem está relatando o que foi reportado sobre a forma exata do conteúdo se comparado a *O João falou: eu não quero ir*. Finalmente, na história dos estudos sobre o português brasileiro, não podemos deixar de mencionar o caso mais óbvio, que tem profundas ramificações sentidas ainda hoje, que é o da formação do pronome *você* a partir da expressão de tratamento *vossa mercê*; sua entrada no sistema pronominal foi rico em consequências que foram detectadas e estudadas principalmente por sintaticistas, porque afetam a concordância verbal e o restante do sistema pronominal.

## 5. CONCLUSÃO

Ilari e Basso (no prelo), ao traçarem uma história das pesquisas em semântica feitas no Brasil, identificaram três etapas pelas quais as diferentes escolas de pensamento devem, idealmente, passar, que são: (a) a assimilação e circulação de um modelo teórico; (b) sua discussão crítica; e (c) seu uso para analisar aspectos relevantes do português brasileiro. Os autores mostram que diferentes escolas de pensamento semântico alcançaram diferentes estágios

<sup>27</sup> Para uma análise desse e de outros casos semelhantes, como “A mamãe dormiu o bebê”, por meio do modelo da nanossintaxe, cf. Ferreira (2017).

<sup>28</sup> Outros exemplos relevantes são (a) *Este pijama não cabe a minha barriga*, (b) *Indaiatuba dá tomate de boa qualidade*, (c) *João testou positivo para hepatite B*, e (d) *João reprovou de novo no exame de autoescola*. Em (a), *a minha barriga* não é o objeto direto do verbo (vinte anos atrás os linguistas brasileiros não teriam dúvida em explicar o exemplo acima como uma frase de tópico, com *este pijama* como tópico, e justificando a ausência de preposição); em (b), *Indaiatuba* é locativo que parece ocupar uma posição de sujeito. Por sua vez, os verbos *testar* e *reprovar*, respectivamente em (c) e (d), têm uma interpretação passiva, ou seja, o resultado do teste de hepatite B para João é negativo (o João foi testado); o mesmo vale para *reprovar* em (d).



dessas etapas no Brasil. Um raciocínio semelhante pode ser aplicado aos estudos sobre mudança semântica, e, nesse caso, acreditamos já termos alcançado a etapa em (c), como evidenciam alguns dos trabalhos mencionados aqui. A expectativa é que ainda mais trabalhos sejam desenvolvidos para termos não apenas uma compreensão descritiva da formação histórica da semântica do PB, mas também contribuições teóricas sobre mudança semântica.

Duas grandes tarefas se anunciam para que o retorno à semântica diacrônica não seja apenas uma tendência passageira como tantas que não foram além da divulgação de um novo programa:

- a) Um balanço do que a documentação levantada nas últimas décadas trouxe à tona de relevante (não basta contar / não basta registrar “ruídos”);
- b) Uma exploração sistemática das novas teorias, particularmente as que permitem tratar formalmente da sintaxe indo ao âmago dos mecanismos da mudança.

Importantes aliados dessas duas tarefas são os vários *corpora* históricos que podem servir como fonte de pesquisa, e também, como esperamos ter mostrado acima, a existência de alguns temas de pesquisa, revelados pelas teorias de gramaticalização, e de algumas metodologias de investigação, inspirados em trabalhos sincrônicos da semântica e da pragmática formais, que permitem a descrição de fenômenos de mudança.

A própria área da “semântica diacrônica”, como já dissemos, é recente e ainda está se consolidando, e uma maneira de isso acontecer é explorar, descrever e, na medida do possível, explicar fenômenos que cabem em tal abordagem. Neste texto, apresentamos um pouco da história desses estudos no Brasil, algumas das ferramentas analíticas e exemplos de pesquisas já desenvolvidas, na expectativa de ver ainda muitos outros frutos dessas investigações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvarez López, Laura e Juanito Avelar. 2020. Verbos de raiz africana no Brasil: difusão geral, origens e o caso do verbo *cuendar*, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 414-458.
- Basso, Renato Miguel. 2013. Mecanismos de mudança semântica: composicionalidade, reanálise e pragmática, em *Revista do GELNE* [Natal / RN], 15. número especial: 167-190.
- Becker, Martin. 2020. O PPC na história do português no Brasil, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 146-203.
- Bowern, Claire e Bethwyn Evans (org.). 2014. *The Routledge Handbook of Historical Linguistics*. Oxford, UK, Routledge.
- Castilho Costa, Alessandra. 2020. Apresentativos entre indicatividade e predicatividade, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 370-413.
- Castilho, Ataliba Teixeira de (org.). 2009. *História do Português Paulista*. Série Estudos, vol.1. Campinas, Unicamp Publicações IEL.
- Castilho, Ataliba Teixeira de. 2019. *História do português brasileiro - vol. 2: Corpus diacrônico do português brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto.
- Castro, Yeda Pessoa de. 2005. *Falares Africanos na Bahia, um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras / Topbooks.
- Cunha, Celso Ferreira da. 1945. *O cancionário de Paay Gómez Charinho, Trovador do século XIII*. Rio de Janeiro (reimpr. 1999. Cunha, C.F. *Cancioneiros dos Trovadores do Mar*. edição de Elsa Gonçalves. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda).

- Dahl, Östen. 2001 Inflationary effects in language and elsewhere, em Joan Bybee e Paul Hopper (org.). *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam, Benjamins: 471–480.
- Deo, Ashwini. 2014. Formal semantics/pragmatics and language change, em Claire Bowern e Bethwyn Evans (org.). *The Routledge Handbook of Historical Linguistics*, Oxford, UK, Routledge: 393-409.
- Deo, Ashwini. 2015a. Diachronic Semantics, em *Annu. Rev. Linguist.*, 1: 179–97.
- Deo, Ashwini. 2015b. The semantic and pragmatic underpinnings of grammaticalization paths: the progressive and the imperfective, em *Semantics & Pragmatics*, 8: 1-52.
- Ducrot, Oswald. 1972. *Dire et ne pas Dire. Principes de Semantique Linguistique*. Paris, Hermann.
- Eckardt, Regine. 2006. *Meaning Change in Grammaticalization: An Enquiry into Semantic Reanalysis*. Oxford, UK, Oxford Univ. Press.
- Ferrezezi Jr., Celso e Renato Miguel Basso. 2013. *Semântica, Semânticas*. São Paulo, Editora Contexto.
- Ferreira Jr., Celso. 2013. Semântica Cultural, em Celso Ferrarezi Jr. e Renato Miguel Basso (org.). *Semântica, Semânticas*. São Paulo, Editora Contexto: 71- 83.
- Ferreira, Thayse Letícia. 2017. *O processo de causativização de inergativos e inacusativos no Português Brasileiro: por uma abordagem nanossintática*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. Inédita.
- Fiorin, José Luiz e Margarida Petter (org.). 2008. *África no Brasil, a formação da língua portuguesa*. São Paulo, Editora Contexto.
- Galves, Charlotte; Ian Roberts; Mary Kato (org.). 2019. *Português brasileiro, uma segunda viagem diacrônica, uma homenagem a Ilza Ribeiro*. São Paulo, Editora Contexto.
- Grice, Paul. 1982. Lógica e conversação, em: Marcelo Dascal, M. *Fundamentos metodológicos da linguística*, vol.IV (Pragmática), Campinas, SP, Edição do Autor: 81-103.
- Guimarães, Márcio Renato. 2020. De maneira a foco: o percurso semântico do advérbio *justamente*, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 246-263.
- Hora, Demerval da e Camilo Rosa Silva (org.). 2010. *Para a história do português brasileiro, abordagens e perspectivas*, volume VIII. João Pessoa, Editora Universitária.
- Ilari, Rodolfo. 2020. Ruídos semânticos na leitura dos textos antigos do PHPB: relato de uma experiência pessoal, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 48-85.
- Ilari, Rodolfo e Renato Miguel Basso (org.). 2020. *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto.
- Ilari, Rodolfo e Renato Miguel Basso. No prelo. On the history of Semantics studies in Brazil, em Johannes Kabatek; José da Silva Simões; Albert Wall. (org.). *Manual of Brazilian Portuguese Linguistics*. Mouton de Gruyter.
- Kabatek, Johannes. 2007. Existe um ciclo de gramaticalização do artigo na România?, em Jânia Martins Ramos. (org.). *Para a história do Português Brasileiro; Vol. 5: Estudos sobre mudança linguística e história social*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG: 13–51.
- Kewitz, Verena; Maria Lúcia Leitão de Almeida; Janderson de Oliveira. 2020. Algumas dimensões espaciais do português: o caso de *cerca*, *cima* e *baixo*, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 302-345.
- Kiparsky, Paul e Cleo Condoravdi. 2006. Tracking Jespersen’s cycle, em Mark Janse; Brian D. Joseph; Angela Ralli (org.) *Proceedings of the 2nd International Conference of Modern Greek Dialects and Linguistic Theory*. Mytilene, Greece: Doukas, Disponível em: <http://web.stanford.edu/~kiparsky/Papers/lesvosnegation.pdf>
- Lobo, Tânia (org.). 2001. *Cartas Baianas Setecentistas*. São Paulo, Humanitas-FFLCH-USP.
- Lobo, Tânia; Klebson Oliveira (org.). 2009. *África à vista, dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do Século XIX*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Longhin, Sanderléia Roberta. 2003. *A gramaticalização da perífrase conjuncional ‘só que’*, Dissertação de doutorado, UNICAMP. Campinas. Inédita
- Lucchesi, Dante; Alan Baxter; Ilza Ribeiro (org.). 2009. *O português afro-brasileiro*. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- Maurer Jr., Theodoro Henrique. 1959. *Gramática do latim vulgar*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- Maurer Jr., Theodoro Henrique. 1962. *O problema do latim vulgar*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- Mendes de Souza, Luisandro. 2020. Sobre a origem de intensificadores encabeçados pela preposição *a*, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 204-245.
- Moraes de Castilho, Célia. 2013. *Fundamentos sintáticos do Português Brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto.

- Noll, Volker; Wolf Dietrich. 2010. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto.
- Oliveira, Hélio. 2020. De *doutor* a *deitaço*: uma análise diacrônica do sufixo -aço/1 no português brasileiro, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 88-119.
- Oliveira, Klebson. 2004. E agora, com a escrita, os escravos!, em Sônia Bastos Borba Costa; Américo Venâncio Lopes Machado Filho (org.) *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador, EDUFBA: 139-162.
- Oliveira, Klebson. 2006. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição semidiplomática de documentos e estudo linguístico*. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Salvador. Inédita
- Parkvall, Mikael e Laura Álvarez López. 2003. Português vernáculo brasileiro e a hipótese da semi-crioulização, em *Revista da ABRALIN*, vol. II, no 1: 111-152.
- Pimentel-Pinto, Edith. 1978. *O português do Brasil, textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história. Seleção e apresentação de Edith Pimentel Pinto*. São Paulo, Edusp.
- Rammé, Valdilen e Teresa Cristina Wachowicz. 2020. Reanálise e mudança semântica na Nanossintaxe: o caso do verbo *correr*, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 346-369.
- Resende, Maurício. 2020. Mudança semântica no domínio intravocabular: o caso das raízes *cranberry* do português, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 120-143.
- Roberts, Ian e Mary Kato (org.). 2018. *Português brasileiro, uma viagem diacrônica, uma homenagem a Fernando Tarallo*. 3ª. ed. São Paulo, Editora Contexto.
- Rodrigues, Angélica. 2004. “Eu peguei e saí”: uma construção nos limites da coordenação, em *VEREDAS, Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 8: 29-40.
- Rodrigues, Angélica. 2005. As construções do tipo *foi fez*, em *Estudos Linguísticos (São Paulo, 1978)*, v. XXXV: 330-338.
- Santiago-Almeida, Manoel Mourivaldo e Maria Célia Lima-Hernandez (org.). 2012. *História do Português Paulista, Série Estudos, Modelos e Análises, vol. III*. Campinas, Unicamp Publicações IEL.
- Simões, José da Silva (org.). 2019. *História do Português Paulista*. Série Estudos, vol. V. São Paulo, Humanitas-FAPESP.
- Tarallo, Fernando. 1985. Por uma sociolinguística românica “paramétrica”: fonologia e sintaxe, em *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, Belo Horizonte, 13: 51-83.
- Torres-Morais, Maria Aparecida C. R.; Maria Lúcia da C. V. Andrade (org.). 2009. *História do Português Paulista, Série Estudos, vol. II*. Campinas, Unicamp Publicações IEL.
- Traugott, Elizabeth C. 2011. Pragmatics and language change, em Keith Allan; Kasia Jaszczolt (org.). *The Cambridge Handbook of Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press: 549-565.
- Viaro, Mário Eduardo. 2011. *Etimologia*. São Paulo: Editora Contexto.
- Wall, Albert. 2020. Para uma história dos nomes nus no português brasileiro: o caso do singular nu, em Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso (org.). *História do Português Brasileiro* (vol. VIII - História Semântica do Português Brasileiro). 1ª. ed. São Paulo, Editora Contexto: 264-299.